
CHANEY, Elsa M. Supermadre. La mujer dentro de la política en América Latina. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1983.

*Maria Beatriz Nader**

A obra **Supermadre. La mujer dentro de la política en América Latina**, (Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1983, 317 pp; Primeira edição americana 1979), da feminista norte-americana Elsa M. Chaney, é a compilação de sua pesquisa sobre a participação política de mulheres em países latino-americanos. Tendo como pano de fundo o Peru e o Chile, nos quais entrevistou 167 mulheres (81 do Peru e 86 do Chile) que participaram ativamente do governo em fins da década de 1960, a autora se propôs estudar as mulheres em duas culturas políticas diferentes, mas que têm idioma, história e atitudes sociais semelhantes. Para tanto, realizou, em 1967 e 1968, um questionário a ser respondido pelas mulheres com postos políticos ou administrativos, nacionais ou municipais, e reuniu um material complementar durante 14 meses, sete em cada país, e em duas prolongadas visitas, no ano de 1972, nas quais entrevistou 12 mulheres de cada país.

Sendo muito mais do que uma mera exposição de resultados, o livro mostra como a mulher que ocupa cargos públicos no Peru e

no Chile realiza trabalhos análogos aos que são desempenhados pelas donas de casa. Nesta direção, Elsa M. Chaney estrutura sua obra em oito capítulos: os cinco primeiros dedicados ao estudo da história das mulheres na sociedade e na política latino-americanas e os restantes dedicados à pesquisa e seu objeto.

O tema escolhido pela autora é pertinente e bastante atual. Em seu entender, os povos latino-americanos, considerados de terceiro mundo e assim julgados com base no paradigma ocidental que se utiliza da industrialização baseada na rápida substituição da mão-de-obra por máquinas e regulamentado pelo estado centralizado e burocrático, têm governantes que fazem do desenvolvimento sua principal meta, mas que mantêm mais da metade de seus habitantes à margem das atividades que levam realmente ao desenvolvimento. O progresso econômico e social é um processo desintegrador da divisão tradicional do trabalho entre os sexos, e um número crescente de mulheres vem aproveitando as oportunidades educacionais e profissionais, principal-

* Professora adjunto do Departamento de História da UFES.

mente nas áreas profissionais consideradas como femininas. Mas, no tocante às funções de direção, argumenta que são poucas as mulheres que participam da elaboração de planos políticos, explicando que isso é um reflexo da divisão quase universal do trabalho entre os sexos, determinada por seus distintos graus de participação no processo de reprodução: a mulher tem como atividade cuidar da casa e dos filhos, enquanto o homem é designado para exercer as atividades públicas.

As decisões políticas, em todas as sociedades, são elaboradas além do espaço geográfico da casa e, se o espaço feminino é restrito ao privado, logo as mulheres foram excluídas da participação política regional, nacional e internacional. Tomando como base esse raciocínio, Chaney analisa as estruturas sociais que deram formas aos modelos atuais e as relações econômicas que existem nas sociedades, partindo do pressuposto de que ambas colocam as mulheres em condição de subordinação, uma vez que elas têm sofrido uma influência socializante que as faz tremendamente ambivalentes acerca de seus papéis, oscilando entre o modelo de dona de casa e o modelo de trabalhadora ou profissional. Essa ambivalência desperta a insegurança feminina e mantém as mulheres especialmente vulneráveis nas economias dependentes dos países tidos como de terceiro mundo.

Na opinião de Chaney, as tentativas de explicação da condição de inferioridade da mulher por meio de conceitos sociológicos resultam tão insatisfatórias como as análises políticas e econômicas, porque, em qualquer das análises, todas as mulheres são oprimidas por igual. As opções que são oferecidas

às mulheres variam segundo o país e, dentro dele, regiões e cidades, havendo grandes diferenças entre os ricos e os pobres. Não se pode classificar as mulheres como um grupo marginal, pois elas não são castas ou cidadãs de segunda categoria, uma vez que um número considerável delas pode fazer parte de todos esses grupos em um mesmo país e porque, por definição, nas castas as pessoas não têm ascensão e ficam sempre na mesma posição social. As mulheres sofrem as desvantagens da casta pela condição de sua família, não por causa de seu sexo. As mulheres também não são classe, porque compartilham a honra e a posição social dos homens de quem dependem (pai, marido) e ascendem socialmente ou perdem poder quando eles sobem ou quando não conseguem conservar sua posição social.

Definitivamente não são todas as mulheres que estão marginalizadas, mas é o único grupo que vive intimamente com seu opressor. Nenhum outro tipo de desigualdade social, seja racial, seja de classe, religioso ou étnico, permite que representantes do grupo oprimido vivam em uma associação tão próxima com o próprio opressor. A mulher tem sido mãe, irmã, esposa e avó de seu próprio opressor.

Chaney enfatiza que a vida das mulheres na América Latina tem passado a imagem de submissão, de papel subordinado e inferior, sempre representado, na vida social e política, dentro dos duros sistemas patriarcais, em que as mulheres só têm êxito se representarem bem o seu papel de femininas. Para fazê-lo elas têm que assimilar normas que estabelecem uma divisão do trabalho na sociedade,

que dá supremacia aos homens. Não podem violar as normas de conduta que historicamente as obrigam a ser passivas. E isso tem a ver com a classe social, pois as mulheres trabalhadoras “não se tem dado ao luxo” de desempenhar esse papel. Todavia, afirma a autora, a “passividade” é uma situação consciente nas mulheres, pois desde sua infância elas foram preparadas para isso, e convivem com isso de forma a transformar as suas vidas em uma vida “decente”.

A mulher latino-americana é vista como débil, senil e impura desde o nascimento, devendo ser protegida pela religião, de si mesma e, ter um marido para guiá-la com autoridade. E esse pensamento foi tão interiorizado nas mulheres que, mesmo os homens achando que elas podiam trabalhar fora, para elas o ideal de vida feminino ainda era o casamento. Elas estavam ligadas às suas famílias psicologicamente, pois mesmo as que podiam morar fora de casa não o faziam. Em todas as classes, o ideal feminino era sempre o mesmo: boa esposa, mãe e respeitadora do marido.

Já nos primeiros capítulos do livro, Elsa M. Chaney examina o desempenho das mulheres no campo político e observa que o papel de mãe e esposa limita-se à contribuição das mulheres na sociedade moderna e à sua integração a ela. No Chile, elas atuam em áreas que têm a ver com atividades que desempenham dentro de casa: educação, arte, saúde, bem-estar das mulheres e das crianças, e não atuam em áreas econômicas consideradas grandes contribuintes para o desenvolvimento, tais como comércio e finanças internacionais, negociações internacionais

sobre preço e balança de pagamento, produção, compra e venda de materiais agrícolas e minerais e de matérias-primas no mercado mundial. A autora conclui que, nas tarefas de ação e decisão para toda a comunidade (município, estado e nação), os homens se apropriam do poder porque não podem dividi-lo com mais ninguém. E, se o fazem, são considerados femininos, submissos e passivos.

Muitos homens do Congresso chileno, de fins da década de 60, aceitavam a participação de mulheres na política, mas desde que não fossem suas esposas, o que era um dilema para as mulheres: optar pela satisfação de participar da política ou renunciá-la a fim de não comprometer a harmonia no seu lar. Por isso muitas mulheres, quando entram no governo, por força de imagens tradicionais sobre as suas atividades corretas, são vistas por elas mesmas e pelos homens como desempenhando a extensão de seu papel familiar na esfera dos assuntos públicos. É quase como se as mulheres acreditassem que não têm direito ou capacidade de tratar qualquer outro assunto relativo à sociedade. Somente tratam de movimentos de reforma moral, modificações legais, constitucionais e educacionais aos sistemas existentes, movimentos que não se enquadram em mudanças estruturais da sociedade. Essa imagem da mulher como supermãe impede que muitas mulheres se unam a movimentos que preconizam uma reforma política ou social mais profunda.

Entre os historiadores e pesquisadores da história das mulheres e história dos gêneros, o exercício da crítica radical não é muito freqüente, principalmente quando se mexe no terreno

das idéias. No caso do livro **A Supermadre**, a autora não se detém em cautelas quanto ao tratamento do tema e o faz com muita propriedade e alcance crítico. Principalmente quando se refere à polêmica da imagem feminina passada à América Latina pela Igreja Católica, que confirmou as idéias gregas da superioridade masculina. O fato de na América Latina as universidades terem se desenvolvido como seminários teológicos, onde cerca de 150 mil títulos acadêmicos foram desenvolvidos durante os três primeiros séculos da colonização européia e sua grande maioria ter sido na área da teologia, contribuiu para isso. As universidades estavam sob a influência do sistema filosófico e teológico tomista, que se baseava na opinião errônea de Aristóteles, que considerava a mulher deformada e atrofiada biologicamente.

A Igreja Católica deliberou que os deveres da esposa e mãe eram tarefas únicas da mulher devido a sua inferioridade biológica. Esse pensamento interiorizou-se na sociedade latino-americana católica, ao ponto de a mulher que participa da política não achar que ali é seu lugar e, sim, em casa.

Os movimentos filosóficos posteriores que não simpatizavam com as mulheres reforçaram essa imagem, e a literatura contribuiu muito no mito da incapacidade da mulher em desempenhar um papel na vida social e política. A literatura tradicional define o papel da mulher como não político, e os clássicos, lidos por várias gerações, criaram imagens das mulheres desempenhando papéis domésticos, artísticos ou literários, até mesmo desempenhando alguma outra carreira profissional, mas nunca político. A autora não

deixa de argumentar que as novelas espanholas divulgadas nas colônias americanas somente passavam a imagem da mulher como a dama nobre, cuja vida era distante da realidade e que era objeto de um amor platônico, ou a mulher comum, destinada a satisfazer os desejos físicos do homem. Essa tradição romântica da mulher tem ligações com o culto da Virgem Maria.

As revistas femininas também demonstravam que os meios de comunicação não só refletiam as imagens tradicionais (mãe, bruxa, esposa ou concubina), mas também faziam com que as mulheres assimilassem esses papéis. Sempre apresentavam historietas onde a masculinidade era aceita e reforçada pelas mulheres. Até as heroínas de Jorge Amado, que demonstravam ter o controle de seus destinos, só encontravam plenitude nos braços do homem amado.

A situação das mulheres latino-americanas tem tido muitas facetas. A da esposa legal é um posto honrável nas classes média e alta e o lugar é considerado sagrado. Os homens tendem a considerar suas esposas e mães quase literalmente como outras Marias. As mulheres que ocupam esse lugar adquirem um poder para influir e manipular seus familiares através do culto da superioridade feminina. Muitas dessas mulheres chegam até a ser consideradas sagradas, moralmente superiores à imoralidade do homem.

Normalmente essa ascendência feminina sobre o homem é sutil e reservada, dentro de limites bem definidos, mas com autoridade de quem sabe o que quer, pois, sem discordar do homem, nem opor-se frontalmente a ele, com paciência e graça, a mu-

lher consegue fazê-lo mudar de idéia, acreditando que foi ele quem reconsiderou o assunto e mudou de opinião. Também no espaço profissional, a mulhere tende a adotar um comportamento parecido com o mostrado anteriormente e, mesmo sendo considerada “emancipada”, a mulher latino-americana, principalmente a chilena e a peruana, tende a tratar seu esposo, colegas e amantes como se fosse uma mãe.

A partir do quinto capítulo do livro, a autora ressalta que as mulheres latino-americanas, ao compreenderem que podiam usar a imagem de mãe dentro da esfera política, aventuraram-se à vida pública disfarçadas de supermães. E, enfatiza que, na América Latina, muitos governos permitiram que as mulheres participassem da vida pública, votando e sendo votada, porque não acreditavam que o voto e o trabalho público feminino contribuíssem em algo para o progresso. A principal causa dessa descrença era o fato de as mulheres latino-americanas serem consideradas conservadoras e presas fáceis para homens manipulá-las, já que o cavalheirismo latino evoca uma atitude de conquista que tem um aspecto insidioso que as mulheres latino-americanas não percebem, orgulhosas que são da cortesia de seus homens. A cortesia do homem latino parece ser uma cilada masculina que sufoca as idéias feministas na América Latina e, por isso, é provável que as mulheres latino-americanas não se enfrentem diretamente com os homens

(como fazem as norte-americanas) em questões relacionadas com sua plena emancipação, porque sentem que a militância feminista é totalmente estranha à sua tradição. Exemplo desse raciocínio eram as mulheres que, no período da pesquisa, estavam trabalhando no governo, pois pareciam pouco dispostas ou mesmo incapacitadas para desempenharem os longos anos de serviço que requer a nomeação para funções públicas, devido às responsabilidades familiares. As próprias mulheres pesquisadas que estavam à frente de cargos municipais, ou mesmo nacionais, relataram que só aguardavam o término de seus mandatos para voltarem a desempenhar suas profissões ou mesmo a ser simples donas de casa.

A obra, em seus capítulos finais, relata dados sobre a pesquisa e seu objeto. Trata de analisar qualitativa e quantitativamente os resultados obtidos nas entrevistas, mostrando como a influência familiar consegue ora levar as mulheres para o centro da política, no caso de haver familiares envolvidos na vida pública, ora afastá-las desse ambiente que não condiz com a tradição do lugar da mulher. Diante dos resultados obtidos, Chaney arrisca prever o futuro das mulheres na política: caso não se unam em campanhas militantes buscando melhorias nas condições de vida, profissional e educacional, caso não escolham livremente entre seu casamento e maternidade e sua profissão, restará manter a família como elemento principal de suas vidas.